

ATA NÚMERO 2.764 DA SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

Aos 10 (dez) dias do mês de Novembro do corrente exercício de 2.025, às 19:00 horas, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, sob a Vice -Presidência do Vereador Gilson Moreira, secretariado pelos (as) vereadores (as) Dra. Juliane Fernanda Pompilio e Luis Donizeti da Cruz, realizou-se esta **Sessão Ordinária** sob o número 2.764 - O Excelentíssimo Sr. Presidente, após invocação a Deus, convidou os nobres edis e demais presentes para de pé cantassem o Hino Nacional, seguido do Hino de Orlândia (nos termos do art. 116 do Reg. Interno), seguido de uma calorosa salva de palmas. Procedida à chamada dos Srs. Vereadores consignaram-se (10) dez comparecimentos e (01) uma ausência (vereador Max Leonardo Define Neto). Ata transcrita nos termos do artigo 113, §1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Orlândia. **PRESIDENTE:** Passando ao expediente, coloco em votação a ata da sessão anterior. Quem for favorável permaneça sentado e os contrários que se levantem. Ata aprovada por unanimidade dos presentes. Solicito a Primeira Secretária, doutora Juliane, para que faça a leitura das matérias constantes do expediente. **JULIANE:** OFÍCIOS 307/2025 e 326/2025 de autoria do Poder Executivo, “Requerendo a retirada dos PLs 027/2025 e 030/2025”. **PRESIDENTE:** Até mesmo para esclarecimento e para que todos tenham um bom entendimento, são dois requerimentos que em sessão anterior, até a pedido do nobre companheiro, Antônio Carlos Leite, com relação ao projeto 030, que nós tínhamos também o projeto 027. Então, coloco em votação os requerimentos de autoria do Poder Executivo solicitando a retirada dos projetos de lei de números 027/2025 e 030/2025, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos de fiscalização que especifica no âmbito da Administração Pública Municipal de Orlândia, revoga dispositivos da Lei Municipal de número 4.313, de 16 de novembro de 2022 e da outras providências. Quem for favorável, permaneça sentado e os contrários que se levantem. REQUERIMENTOS APROVADOS POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. Terminado o expediente, passaremos a ordem do dia. Solicito ainda a Primeira Secretária doutora Juliane para que faça a leitura das matérias constantes da pauta da sessão. **JULIANE:** VETO TOTAL AO PL 12/2025, de autoria do vereador Paulo Rodrigues Alves Pereira – Porkim, que “Estabelece a obrigatoriedade de oferecer quadras poliesportivas cobertas nas escolas da educação básica da rede pública municipal de ensino de Orlândia”. **LUIZ:** Senhor Presidente, peço dispensa da leitura. **PRESIDENTE:** Dispensa concedida já que a matéria foi lida na Sessão anterior. Coloco em discussão o veto total ao Projeto de Lei nº 012/25, de autoria do vereador Paulo Rodrigues Alves Pereira - Porkim. **PAULO:** Boa noite a todos. Eu vou acatar o voto e vou voltar ele como um anteprojeto, porque eu acho um projeto muito importante para a nossa cidade.

Obrigado. **PRESIDENTE:** Não havendo mais inscritos, solicito ao segundo secretário vereador Luis Donizeti da Cruz - Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. Só lembrando que, favorável ao voto ou contrária. O próprio autor do projeto acatou o voto, está sendo favorável ao voto e ele já deu os motivos a ele pertinentes. Cabe a nós agora votarmos da forma que achamos coerente. **LUIS:** Antonio Carlos Leite. **ANTONIO:** Contra o voto. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Favorável. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vitor Alves - Pardal. **JOÃO:** Favorável. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Favorável. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz- Ratinho. Favorável. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Favorável. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Favorável. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva- Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Favorável, Sr. **LUIS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Favorável. **PRESIDENTE:** **VETO ACATADO POR 09 (NOVE) VOTOS, 01 (UM) CONTRÁRIO E 01 (UMA) AUSÊNCIA.** Solicito ainda a segunda secretaria que proceda a leitura do voto total ao projeto de lei 014 barra 25 de autoria do vereador Antônio Carlos Leite. **JULIANE:** **VETO TOTAL AO PL Nº 014/25,** de autoria do vereador Antônio Carlos Leite que "Dispõe sobre aplicação de multa em caso de falha em consequente interrupção dos serviços essenciais e de natureza contínua prestados por concessionárias e permissionárias dos serviços públicos e das outras providências." **JOÃO:** Sr. Presidente, peça dispensa da leitura, fazendo o favor? **PRESIDENTE:** Dispensa concedida, matéria de conhecimento de todos. Coloco em discussão o voto total ao projeto de lei nº 014/25, de autoria do vereador Antônio Carlos Leite. **JULIANE:** Passo a palavra para Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Boa noite, Sr. Presidente, mesa, nobres vereadores. O Projeto de Lei 14/2025, ele é simples, ele prevê multa em caso de falha na prestação de serviços públicos prestados por concessionárias e permissionárias que mantiverem ou estabelecerem contrato público com a Prefeitura Municipal de Orlândia. Uma das razões desse projeto de lei, além de outros que eu quero brevemente sublinhar, é melhorar a prestação de serviços. Nós temos uma experiência, apenas uma experiência com concessionária e nós ficamos reféns quando temos que brigar pela melhoria do serviço. O cidadão paga, mas quando ele tem que cobrar para que o serviço seja melhor executado, ele não consegue. Então a multa é um instrumento didático que serve para melhorar a prestação de serviços. E como experiência, nós temos um serviço feito por uma concessionária. E todos os outros contratos que um dia vierem a serem celebrados com a Prefeitura Municipal de Orlândia, que tem o objetivo uma concessão ou uma permissão, esse projeto de lei, então, se aprovado, vem beneficiar a nossa comunidade. Sobre o aspecto material, o conteúdo dele, ele é muito simples. Ele prevê apenas uma multa por uma falha na prestação de serviços, nada mais equilibrado na balança. Se você, por exemplo, tomando por base a concessão que existe hoje, se você não paga a prestação do serviço, eles vão lá e interrompem, por exemplo, o fornecimento de água. E se você reitera isso,

há aplicação de multa. Você é multado, você é punido, você é penalizado. De outro lado, não existe o mesmo equilíbrio. Sobre esse aspecto ainda material, a matéria, o conteúdo dele, ora, se um dia a concessionária veio ao município e submeteu à Câmara um contrato, e naquele momento a Câmara podia inserir cláusulas, poderia discutir esse contrato, se naquele momento a Câmara tinha competência jurídica para discutir aquele contrato, essa competência se mantém até hoje, tanto para discutir o contrato, quanto para estabelecer e propor alterações a ele. Então, é questão da competência. O aspecto formal, a Câmara, ela é competente para propor a matéria. É de interesse público, houve uma falha no contrato, o contrato não prevê isso, não prevê esse tipo de multa. Então, se você for ao judiciário buscar um remédio jurídico, o judiciário dirá que não pode, que você só vai poder tapar essa brecha se houver uma lei municipal. Então, eu cumpro essa finalidade. É uma boa lei, ainda que alguns vereadores, e aí eu tenho que respeitar, disseram que precisa ser corrigida aqui e ali, eu acho que na vida tudo pode ser melhorado. Mas é uma boa lei, simples e que tem um objetivo claro. Não entendo pertinente, apesar de respeitar, o parecer jurídico que veio do Executivo. Entendo ainda e fico com o parecer jurídico que foi proferido pela Procuradoria da Câmara, que entende que o projeto é constitucional, defendo essa tese, é constitucional e é legal. E eu quero encerrar, Sr. Presidente, só com duas questões. A minha campanha eleitoral, eu fui às ruas e prometi ao povo que ia trabalhar, brigar, para que nós pudéssemos enfrentar esse desequilíbrio nessa prestação de serviço das concessões, tanto nessa que existe, quanto nas que vierem. Então, sob esse aspecto pessoal, eu cumpro a minha finalidade. Eu disse que iria fazer isso e estou buscando elementos dentro da legislação para fazer isso. E termino dizendo o seguinte, é o anseio do povo. O povo quer que o serviço melhore, o povo quer que nós interfiramos nessa situação, então estou cumprindo o meu papel. Por tudo isso, eu sou contra o veto, mantenho todos os meus posicionamentos em relação ao projeto e submeto à Câmara a apreciação. Dizendo o seguinte: aqui não é briga de rua, e eu sei disso. Eu tenho que ser educado e tenho que ser democrático e tenho que ser republicano. Eu respeito qualquer tipo de posição, não há dúvida disso. Nós podemos divergir, podemos não concordar, mas aqui eu tenho que dar um exemplo inclusive para o povo que nos assiste. Eu estou defendendo uma tese, estou defendendo uma ideia, não estou sendo contra pessoas. Quero que a Orlândia melhore e, de coração aberto, eu respeito qualquer tipo de veredito ou de posição que a Câmara tome nessa noite. Com educação, com respeito, dizendo que essa Câmara pode divergir, mas nós vamos, cada um, defender aquilo que acreditamos. Então, eu insisto, defendo e digo ao povo, estou defendendo aquilo que eu acredito, aquilo que eu prometi. Sr. Presidente, muito obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Sebastião Atílio da Silva Nego da Maruca. **SEBASTIÃO:** Boa noite novamente a todos e a todas. Bom dia, Sr. Presidente, Sra. Vereadora, Vereadores, imprensas, escritos falados, ouvintes. Eu pedi prazo e hoje eu estou com o sr. Leite, não sei se a minha opinião é a

opinião dele, mas parece que eu estou aceitando e acho que, para mim, nessa posição de sempre fui contra terceirizar essa água e mexo um pouquinho se cabe, se esse projeto cabe nesse projeto do Sr. Leite ou está junto com o Sr. Leite, vou ser contrário ao voto. Obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Favaro Tonetto. **VITOR:** Boa noite, Sr. Presidente, vereadora, municípios presentes. Eu concordo plenamente com o Leite quando ele diz que a gente precisa lutar e melhorar para que a concessionária, seja ela que nós temos hoje ou as próximas que virão, não sufoque e nem atrapalhe a população. Isso eu concordo plenamente. E nós sabemos aqui dentro da Câmara Municipal que, infelizmente, nós como vereadores não podemos atribuir algumas coisas ao Executivo. E, como você mesmo disse, o projeto está simples. E não adianta a gente aqui dentro da Câmara Municipal votar o projeto nesse momento para fazer uma média com a população e, na hora que ele ser votado e aprovado, a lei não funcionar. Eu, como vereador, aqui na minha responsabilidade, tenho que tentar fazer uma lei onde a população seja amparada de verdade. Porque, se a gente vai lá e vota uma lei que não funciona, a gente está retrocedendo ao papel que a gente realmente tem que fazer. Que, ao invés da gente criar leis, nós estamos simplesmente fazendo política. Então, eu acredito que esse projeto tem sim que voltar, vindo do Executivo, tem sim que melhorar para que a população seja atendida e colocar dentro dele o passo a passo que a população deve fazer para conseguir essa multa dentro do projeto de lei. Por que eu falo isso? Hoje simplesmente fala que vai ser dada essa multa. Mas como que vai ser feita a denúncia de quando terminar? Quando terminar a água na casa da pessoa? Quem vai receber essa denúncia? Na hora que for pago a multa, quem vai receber a multa? Que são coisas que eu identifico que hoje faltam no projeto. Eu acredito nesse projeto, vejo que ele tem sim que ser colocado, porque nós temos que resguardar a nossa população, mas ele tem que ser melhorado. Então, como eu falei na última semana, eu acredito que ele deve vir como anteprojeto e a gente lutar para que o prefeito coloque esse projeto da forma que deveria ser para realmente proteger a nossa população. E pode ter certeza que você trazendo ele como anteprojeto, com a ajuda de todos para essa melhoria, eu vou estar do seu lado para cobrar lá o prefeito e a prefeitura para que esse projeto volte para a população. Obrigado, sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, sr. presidente, nobres amigos vereadores, imprensa inscrito e falado, a todos os ouvintes da Orlando Rádio Clube. Eu falei na sessão passada, o nego pediu prazo e vou voltar a repetir. Primeiro, parabenizar você Porkim, porque nós temos um jurídico aqui na casa e nós temos um jurídico também na prefeitura, por você ter entendido, de repente, que um anteprojeto pode ser mais funcional do que o projeto. E ninguém vai roubar a sua ideia, vai ser sua. Parabéns. Aqui, eu estive pensando, repensando, para poder ajudar para que esse projeto funcione realmente já assim que ele entrar em vigor. Mas, lá no começo, acho que na primeira sessão, porque ele pediu vista, depois agora pediu mais um prazo, então

esse projeto já está rodando aqui faz um tempinho, eu havia falado que, vamos supor que acabe uma energia da CPFL, a CPFL vai ser responsabilizada, mas também para uma bomba da Sanor. Então, como que vai ficar isso? Quem que vai ser responsabilizado? A gente coloca que a CPFL também é uma concessionária que teria que tomar essa multa, porque derrubou a energia, está 24 horas sem energia, mas ela também fez com que a Sanor parasse uma bomba e não jogasse água para muitas casas. Como que a gente vai regulamentar isso? Não está aqui. Como também que a gente vai ter essa quantidade de pessoas e o tempo que está para faltar água? Quanto tempo? É 12 horas, 24 horas, 5 horas, 1 minuto sem água? Não está aqui nessa lei. Então, se lá em casa acabar por 1 minuto, já vai ter que tomar multa. E quem é que vai da prefeitura verificar quando acabar em 2, 3, 4 quarteirões, mais de 100, 150 casas? Então, doutor, eu vou acatar o voto para que, se a gente conseguir acatar o voto, para que a gente volte rapidamente como anteprojeto, se você volte como anteprojeto, para que a prefeitura, para que a gente force, e aqui eu assumo meu compromisso, de forçar para que realmente a prefeitura faça isso valer a pena. Porque eu acho que tem muita coisa faltando aqui. E se a gente aprova isso, ele não vai ser tão funcional. Obrigado, Sr. Presidente. **ANTONIO:** Sr. Presidente, pela ordem, há a possibilidade de alguma dúvida ser discutida ou não?

PRESIDENTE: Tranquilo. **ANTONIO:** Então, primeiro, é que a multa não é, quando eu falo concessão e permissão, são de contratos celebrados com a prefeitura municipal. A CPFL, ela é uma concessão estadual e que presta serviço no município. Então, nós, vereadores, não podemos legislar essencialmente nesse contrato da CPFL. Esquece. Quando eu falo concessão, não é de todas as concessões, é de concessões de contratos celebrados com a prefeitura municipal de Orlândia. Então, aí a Sanor entra, a CPFL não. Outra coisa, para não parecer muito infantil, quando nós, eu estabeleço no projeto de lei o poder de polícia do Executivo, esse poder de polícia, ele tem um caráter de ir, avaliar, verificar, apurar, anotar, registrar, multar, ouvir, até porque o servidor, ele tem fé pública. Então, quando ele for chamado a uma casa, que ele tem que exercer o poder de polícia e averiguar o que está acontecendo lá, ele, pelo poder de polícia dele e pelas orientações que ele tem, ele pode e deve elaborar um laudo, um auto de constatação e isso, se nós fôssemos fazer uma lei detalhando minuciosamente cada questão dessa, eu estaria criando atribuições para o servidor público e eu não quero criar isso. O poder de polícia, ele já é intrínseco, ele existe, eu não estou criando o poder de polícia. Então, ele tem que, como fiscal, ter o poder de polícia de ir lá e ele pode ir hoje. Hoje, pelo contrato que nós temos, ele pode ir lá e verificar, inclusive, através do comitê que foi criado, se a água está suja, se está faltando água e remeter isso para outros órgãos que hoje nos deixam reféns, porque eu estou criando uma multa para que nós não fiquemos órfãos, porque nós temos que recorrer a uma agência e que até hoje, de maneira prática, esgoto caindo no córrego, esgoto caindo na rua, água suja e nada foi feito. E quando nós falamos que precisamos forçar o executivo a fazer alguma coisa, esse contrato já está

quase para ser revisado e a prefeitura não tomou uma medida. Uma medida que foi tomada foi por um vereador que entrou com uma ação e eles tiveram que devolver uma quantia. Fora isso, nada. Então, parece infantil, mas esses detalhes só não constam da lei, porque aí sim teria que ser anteprojeto. Então, eu tomei todo o cuidado para tirar o máximo dessa linha, porque se eu ultrapassasse, eu já estaria criando atribuição e aí seria anteprojeto. Então, fiquem tranquilos. Todo artigo e a simplicidade, ela tem esse objetivo, para que nós não percamos a nossa competência. A competência é nossa. E eu não estou legislando aqui em concessão que não é do município, é só do município. Entenda isso. Então, por que não é da União? Porque esse contrato é um contrato da concessionária com o município. Então, a prefeitura se limitou a dizer que era competência da União. Se é competência da União, nós nem podíamos aqui como Câmara, não nós, mas aquela legislatura, interferir nesse contrato. Era só dizer, é a União. Então, quando acontecer alguma coisa nesse contrato, você tem que mandar ir para Brasília, não pode nem ser Ares, porque aí é a União. Então, parece infantil esses argumentos, mas não são. Eu só não quis ultrapassar a nossa competência aqui, porque aí seria um projeto inconstitucional. **RAFAEL:** Pela ordem, Sr. Presidente, que foi respondida às minhas perguntas, mas... **ANTONIO:** Desculpa, Sr. Rafael, se tiver outras perguntas... **RAFAEL:** Não, sim, nós estamos aqui realmente na discussão para a gente poder entender. Doutor, não é que nós... Eu acho que essa parte você não entendeu. Nós queremos que funcione isso. Nós queremos que isso dê certo. Mas eu volto a repetir, eu tenho um projeto contra o esgoto que está judicial, já está rodando contra o mandato de segurança, praticamente no mesmo caminho de interferir no contrato. Eu sei que às vezes não interfere no contrato aqui. A gente só está resguardando para que o consumidor, para que os orlandinos tenham algo a favor, quando acabar uma água, quando... Enfim, eu estou usando a água porque fica mais fácil, porque a gente tem a Sanor como exemplo. Isso. Só que aí, quando eu falei da CPFL, não foi para que a gente dê a multa na CPFL, é a multa na Sanor. Quando a CPFL deixa... Porque caiu, por exemplo, nesse temporal, muitos locais sem energia. Aí acabou-se a energia das bombas. O que a gente teria que fazer dentro desse projeto? Entrar, falar, olha aqui, vamos complementar esse projeto de lei, porque se faltar energia durante 12 horas pela CPFL, a Sanor tem que providenciar um gerador. Eles não podem deixar esse tempo todo sem energia também a CPFL e a Sanor ser responsabilizada. Então, quando eu falo que faltam algumas coisas, é que eu entendo que você quer colocar isso como projeto, mas colocando como anteprojeto, o tudo que você enxugou, a gente poderia colocar lá para chegar e realmente funcionar do nosso jeito que nós estamos legislando. **ANTONIO:** Pela ordem, só complementando, e aqui é até bom porque nós estamos discutindo projeto, não estamos brigando, e eu prometo, doutora Juliane, eu olho e rio, não vou bater na mesa. O poder de polícia do executivo exige, inclusive, e a lei prevê que seja estabelecido um procedimento administrativo, dando à empresa a possibilidade de defender-se. Não

é aplicar a multa, ir lá e cobrar e tirar do cofre, não. Você faz o auto, você verifica isso aí, o poder de polícia pressupõe isso, traz para a prefeitura e a prefeitura estabelece um procedimento administrativo, dando à concessionária o direito de se defender, inclusive, com aquilo que foi mencionado em algum momento, dos casos fortuitos, casos de força maior. Há questões em que a concessionária realmente fica isenta de uma responsabilidade, porque aconteceu alguma coisa além das suas forças e além daquilo que é previsto, mas isso será discutido dentro de um processo administrativo. Agora, se eu trago para a lei esse processo administrativo, professor Gilson, eu crio atribuição para o município e aí eu, inclusive, tenho que criar funções ali dentro do executivo, que eu não queria, mas já existe lei federal, inclusive, determinando que o município tenha estabelecido um procedimento administrativo para tudo o que acontecer lá pode estabelecer um procedimento administrativo, que é inerente ao poder de polícia. Então, ele exercendo o poder de polícia, automaticamente, ele já tem que estabelecer um procedimento administrativo e dar a ampla defesa. Só depois disso que a multa se torna líquida e certa, que vai ser cobrada. Fora isso, não. Mas se eu coloco isso dentro da lei, isso tira a constitucionalidade e tira a minha legitimidade para fazer isso. Mas o município pode fazer. **VITOR:** Pela ordem, senhor Presidente. Aproveitar, gostaria até de fazer uma pergunta ao vereador. Então, vamos lá. Eu entendi, e é exatamente isso, porque se a gente complementar a lei da forma que ela deveria ser, a gente sai do nosso contexto. Você acredita que a lei, da forma que ela está hoje, ela não dá brecha para que ela não seja cumprida? Porque hoje, eu acredito, você é advogado, pode falar melhor do que eu, que quanto mais provas e mais fechada essa lei estiver sem brecha, é mais fácil para, no caso aqui, o consumidor, consiga fazer com que ela seja atendida. Porque hoje nós simplesmente falamos, vai existir uma multa. Mas lá a gente não estabelece o comitê, que vai fiscalizar isso. Nós não estabeleceremos onde o município vai denunciar. E na minha percepção, que é aí que eu vejo o grande problema, que a gente tem que melhorar, que se a gente não fazer com que essa lei seja melhor e feche o cerco para as concessionárias, todas as vezes que o município entrar, ele nunca vai ganhar. Ele sempre vai ficar refém de uma lei que ele entra, entra, entra, e nunca ganha. Que hoje é o que, inclusive, está acontecendo. Eu até peguei um dado aí, provavelmente você tem. Eu acho que todas as pessoas que entraram contra a Sanor na Justiça, eu acho que perdeu. Eu não vi, eu acho que o único que ganhou foi o vereador Max, naquele momento. Mas hoje a gente vê que, da forma que está o contrato, já está permitindo que a concessionária ganhe muito mais da população, mesmo ela estando errada, a população tem perdido. E esse é o meu medo, a gente criar mais uma lei que não funcione aqui no nosso município. Então é justamente por isso. Por isso que eu te pergunto, você acredita que essa lei, da forma que ela está, vai fazer com que a gente consiga chegar no papel final dela, que é multar a concessionária caso ela não preste o serviço? **ANTONIO:** Claro, essa lei foi feita para isso. Agora, o que nós precisamos?

Precisamos de um executivo ativo, operante. Perceba, vereador Vítor, que nós repetimos leis para melhorar essa questão da fiação caída na cidade, e o executivo não deu um passo, não deu um passo. Ou seja, nós podemos ficar aqui quatro anos legislando, se o executivo não tomar a atitude, aliás, se o executivo já estivesse tomando a atitude com base no contrato de concessão, muito do que está acontecendo não estaria acontecendo. Na verdade, há uma leniência do Poder Executivo. Então, nós estamos aqui, às vezes é ruim falar isso, enxugando gelo, porque nós legislamos, nós indicamos, nós propomos. Vem cá, eu sou contra o veto do projeto do Porkim. Claro, imagina, outro dia nós votamos uma lei que a doutora Juliane com sabedoria propôs, e ali eu corrigi um erro, e hoje eu votaria a favor, eu dizia que era anteprojeto, aquele do tratamento com as mulheres, não era assim? Não seguiu como lei? Ora, o que eles estão argumentando no projeto do Porkim é porque lá no executivo, eles estão dizendo que precisa haver uma reorganização orçamentária. Mas na doutora Juliane também tinha que ter uma reorganização orçamentária, porque tinha gasto. Ora, a lei é conceitual, se construir, tem que ter cobertura, e eles têm que resolver o problema orçamentário. O Porkim nem entrou na questão orçamentária, por isso que eu falo contra o veto. E quando a gente manda indicação anteprojeto... Gente, o executivo não está correndo nem atrás das leis, imagina dos anteprojetos que até hoje, quem de vocês aqui teve algum retorno, a não ser a doutora Juliane, que começou o tratamento, agora, anticoncepcional? Mas os outros aqui, tem óficio que nem foi respondido ainda. Quanto mais os anteprojetos. Então, só respondendo à pergunta, vereador Vítor, nós precisamos de um executivo que ande, porque se eu sou... Não, não vou colocar assim, porque há uma deturpação, mas qualquer um que chegar lá na cadeira de prefeito com esse projeto de lei que nós estamos votando hoje, ele é capaz de mandar um agente lá no bairro apurar, fazer os autos, estabelecer o procedimento administrativo, verificar a responsabilidade, dar o direito de defesa, estabelecer a multa e cobrar. Aí, nós vivemos em um país democrático, se a empresa quiser entrar no judiciário, tudo bem, não há problema. Aliás, eu quero dizer que o controle de constitucionalidade, ele não termina aqui. Nós votamos e a sociedade que se sentir lesada vai ao judiciário. E esse mandado de segurança, quero dizer para vocês, há muita chance desse mandado ser favorável à Câmara. Então, não desanimem. Nós não podemos desanimar a essa briga. Então, é claro que pode chegar no judiciário. E para não ser antiético, porque aqui eu sou vereador, apesar de ser advogado, mas levante melhor as estatísticas, porque há muita gente sendo atendida nas suas demandas em relação à concessionária. Agora, só terminando. O prefeito precisa ir em cima, porque se o prefeito não for, nós podemos propor aqui a Constituição Mundial. Se ele não for atrás, não vai virar nada. Então, esse projeto de lei precisa do prefeito movimentar as peças. É isso aí. **VITOR:** Realmente você respondeu o que eu queria, que o projeto tem que ser do prefeito, que é responsabilidade dele, para ele trazer, melhorar e ir atrás. **ANTONIO:** Não, não disse

isso. Eu disse que do jeito que está, nós acertamos. Se eu ultrapassasse, aí seria atribuição dele. A atribuição dele é fazer o que está dentro do projeto. Se ele cumpriu o que está dentro do projeto, ele não precisa fazer mais nada. É só pegar os fiscais, que a gente vai votar aqui, um fiscal daqui, um fiscal dali, mandar ir lá, e autuar e exercer o poder. Mas eu não preciso dizer isso na lei, porque se tudo o que precisar acontecer na lei... Quantos miligramas tem o anticoncepcional, doutora Juliane? Tem vários. **JULIANE:** Tem vários, né? **ANTONIO:** A lei escreve quais são? **JULIANE:** Não. São os anticoncepcionais dados pelo SUS. **ANTONIO:** Entendi. A lei não pode prever tudo detalhadamente, porque senão a gente vai ficar aqui dias e dias para elaborar um projeto desse. Um projeto desse é simples. Falhou, interrompeu, autuou, processo administrativo, verifica quem tem direito e muda. Se fizer isso, dá certo. Se não fizer isso, a gente fica enxugando o gelo. Agora, eu não ultrapassei para não deixar o projeto anticoncepcional. **VITOR:** Mas é isso, era realmente isso que eu queria dizer, que eu vejo que realmente precisa de alguns detalhes do projeto, e continuo acreditando nisso, que isso tem que ser de poder do executivo. Continuo acreditando que isso tem que ser colocado e melhorado, mas da forma que está, não vai funcionar. Porque hoje, como você disse, a lei não tem que ser detalhada, mas na minha opinião deveria. Porque infelizmente, hoje, muita parte do nosso judiciário está como está, porque toda lei tem uma exceção, infelizmente. Se a nossa lei fosse reta e bem explicada, muitas vezes as pessoas que estão erradas não sairiam livres da justiça, como acontece muitas vezes. E essa é a minha preocupação. Então, eu termino aqui a minha fala, sr Presidente, e se o Leite quiser utilizar... **ANTONIO:** Não, é só o conceito. A crítica entre a nossa Constituição e a Constituição dos Estados Unidos é essa. A Constituição dos Estados Unidos tem 200 anos. Tem algumas emendas lá. A Constituição brasileira é detalhada, ela é cheia. Quanto mais detalhada, mais brecha, Vitor. Isso aí é a técnica. Quanto mais enxuta a lei, melhor é para o juiz julgar. Quando ela é muito cheia de coisa, aí que entram as brechas. Bom, aí eu respeito, mas é o contrário. Quanto mais enxuta, melhor. Obrigado, sr Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite, sr Presidente, mesa, nobres edis, imprensa escrita e falada. Interessante quando se tem uma discussão nesse sentido. Mas olha que mais interessante, doutor Leite, que tudo gira em torno de uma concessão. Tudo. Um dos apontamentos do Ministério Público do governo passado foi que não havia fiscalização sobre a concessão. E aí o povo elegeu cada vereador esperando algo diferente. Concordo plenamente com a visão do senhor. Concordo com o que foi dito pelos nobres vereadores. E é realmente isso. A sensação que nós temos quando fala da concessão é que nós estamos enxugando gelo. Eu e o Rafael tivemos a experiência de entrar dentro da lagoa de tratamento com a permissão dos funcionários. Nós fomos, nós vimos com os nossos próprios olhos, em loco, o esgoto sendo lançado in natura. Nós convocamos, convidamos o comitê de fiscalização. Já era boca de tarde. Segundo o comitê, não conseguia ver realmente o que

estava acontecendo. Mas nós não tivemos uma devolutiva, que eles voltaram para identificar o problema. Então fica uma coisa meia vaga. E aí entra o nosso projeto de lei. Nós colocamos o projeto de lei. Se você pegar, fazer uma apuração de quantas irregularidades nós apontamos, muita coisa poderia ter sido diferente já. Porque nós gastamos sapato, nós apontamos, nós mostramos, nós fomos para a rede social, nós brigamos pela população. E aí quando o projeto de lei chegou ao Executivo, foi perdido o prazo. Voltou para a Câmara. E aí agora eu vejo outro vereador propondo outro projeto de lei relacionado à concessão, que no momento só vai abranger a essa concessão, e eu vejo todo esse movimento de novo. Então existem algumas coisas que parece que a conta não fecha. Poderia o Executivo, seu Presidente, ter sancionado essa lei e ter melhorado ela? Poderia ou não? Tá, então porque que em um ano, com o comitê, com o Ares, com todo esse povo, ninguém nunca fez nada. Existe uma multa que foi dita no dia 14 de maio, e até hoje eu não ouvi falar que essa multa foi paga. Eu me lembro muito bem que foi assim que começamos a falar do esgoto, apareceu a matéria que a empresa foi multada, mas a multa não foi paga. Hoje as águas das torneiras vêm suja. Se a população não filhar, não colocar na rede social, quem fiscaliza? Então fica aqui, a gente fica numa sinuca de bico. Porque quem deveria fiscalizar, infelizmente parece que tapa os olhos. E aí nós estamos lá, correndo, correndo, porque todos os dias chegam reclamações, e nós não podemos nos silenciar, esperar também cair do céu. Então assim, eu entendo que ele pediu o veto, entendo a posição do Dr. Leite. Ao meu ver, Dr. Leite, poderíamos ter a hombridade, como o vereador Paulo, em colocar como anteprojeto. Mas quando que esse anteprojeto iria voltar para essa casa de leis como projeto? Porque de nada adianta nós acatarmos um veto, mandarmos como anteprojeto, e esse anteprojeto ser engavetado. Não adianta nós ficarmos dando ideias, se não tiver uma devolutiva da parte do Executivo. Então assim, fica aqui essa discussão sadia que nós tivemos aqui, mostrando realmente para a população que cada vereador aqui está empenhado em fazer a melhoria. Mas muitas vezes não pode partir de nós, não depende só de nós. Então chega aqui, há esse desgaste, há essa briga, num bom sentido, e aí vai terminar a sessão, se não partir o Executivo, vamos ficar nadando na praia, vamos morrer na praia. Então assim, no meu ver, o senhor poderia colocar como anteprojeto, como foi dito, para nós vermos se realmente o Executivo está empenhado em fazer o que é certo pela população. Não estou aqui tirando o mérito do senhor, com todo respeito, com todo respeito. Existem dois pareceres, um contrário, um favorável, mas para nós fazermos, para nós sermos sensatos, para que nós possamos identificar verdadeiramente qual é o ponto de vista do Executivo. Eu colocaria como anteprojeto e aguardaria para ver como o Executivo iria reagir a essa decisão. ANTONIO: Então, pela ordem, eu proponho o seguinte, nós votamos como projeto, a gente recusa o veto, e quando chegar lá no Executivo, ele faz as leis complementares para melhorar o projeto que ele entende. Opa, se pode. Como que não pode? Vem cá, eu rejeito o

veto, ele torna lei, não é? Por que o prefeito não pode propor, não é emenda? Não, não é emenda. Leis que complementem qualquer lei. O próprio projeto da doutora Juliane, se o prefeito quiser mandar um projeto de lei alterando alguma coisa, ele pode. Aonde que não pode? Então, a minha proposta fica o seguinte, nós rejeitamos o veto, aprovamos o projeto de lei, quando chegar lá no Executivo, ele analise e mande projetos que melhorem ele. **VITOR:** Mas aí que está a minha situação. **ANTONIO:** Claro que pode. **VITOR:** Porque, na verdade, do jeito que você falou, é exatamente isso. Vai vir um novo projeto, e que no final vai ser a mesma coisa. **ANTONIO:** Não, não é novo projeto. É, ele melhora ele. **VITOR:** Ele não pode fazer uma emenda no seu projeto. **ANTONIO:** Não, entenda, eu não estou propondo ele emendar. Eu estou propondo nós rejeitarmos o veto, aprovarmos o projeto, torna-se lei, sanciona, promulga, sanciona, beleza? Depois, em algum momento, o prefeito, que é Executivo, ele pode propor alteração que ele quiser na lei. Aí ele manda para a Câmara, a gente aprova. **VITOR:** Mas ele tem que propor como nova lei ou não? **ANTONIO:** Sim. Mas aí o processo é melhor. Nós adiantamos o processo. Ele só vai ter que melhorar ela. **VITOR:** Tudo bem, mas aí cai na onde a gente falou, que é o que eu falei para você. Na minha visão, nós vamos cair numa situação onde nós vamos ter uma lei, certo? Que na minha visão não vai funcionar, e ele vai ter que criar uma nova lei. Então, na minha opinião, só um minutinho, doutor. Na minha opinião, se a gente, como vereador, fizer como o Clodo falou, a gente vai melhorar o seu projeto, enviando como anteprojeto, e nós aqui, tenho certeza que os 11, vai estar disposto a cobrar para que isso torne a lei da forma que a gente enviou. E se ele quiser, ele vai fazer as mudanças nesse anteprojeto e enviar. Porque se o Executivo não quiser, vai estar aprovada a sua lei, que na minha visão não vai funcionar, e não vai vir as alterações. Então, eu não vejo diferença, porque ele tem que criar uma nova lei. Nós vamos aprovar uma lei que vai ter que ser mudada. Então, essa é a minha percepção. **PRESIDENTE:** Pela ordem, eu gostaria só de deixar assim, a gente continua a discussão, só um minuto, Clodoaldo. Já teve réplica, tréplica, nós vamos ficar. Então, eu acho, acho não, tenho certeza. Coloquemos em votação, assim que o Clodoaldo expor o que ele tem para falar, que ele está com o microfone em mão, para a gente poder decidir também. Só pela ordem, por favor. **CLODOALDO:** Para encerrar, Sr. Presidente. Ao meu ver, Dr. Leite, seria mais efetivo, não estou puxando a sardinha para lado nenhum, colocarmos como anteprojeto, pode ser que seja mais rápido do que nós colocarmos a lei e realmente ficar parado. Eu estou com o senhor até o fim nessa questão. Mas, eu falo pela experiência que nós estamos tendo com outro projeto de lei, porque já está há tantos meses parado, foi pedido liminar, mandado de segurança, enfim, parado. Então, se nós viermos com um anteprojeto, com 11 vereadores, mais a população pedindo a resolução desse problema, eu acredito, ao meu ver, que seria muito mais formal e nós conseguiríamos enxergar qual é a real posição do Executivo. É a minha opinião. **ANTONIO:** Só, nós andamos por essas ruas, vereador Clodoaldo, e a reclamação da

população não era nem essa. Era voltar essa concessão para a prefeitura. Não era nem essa. Nós estamos aqui apenas indo por um mecanismo que não é... E a prefeitura, mesmo assim, com a nova administração, não fez absolutamente nada. Eu insisto no meu papel de vereador, porque Executivo é Executivo, legislador, vereador é vereador, e eu insisto. A prefeitura, o Executivo não fez nada, absolutamente nada, nada, para enfrentar essa questão da concessão. Então, a não ser que aconteça alguma coisa daqui para frente, aí eu volto a ter essa confiança. Por enquanto, eu insisto no meu projeto, porque senão eu perco aquilo que eu acredito. Eu não acredito que vá fazer nada, nada, não acredito. Por isso que eu não vou insistir nisso, eu vou insistir no projeto. Por isso que eu fiz o projeto, porque senão eu teria feito um anteprojeto? Claro, se eu entendesse que precisasse ser um anteprojeto, teria feito um anteprojeto. Eu fiz um projeto de lei, porque eu entendo que é projeto de lei. **RAFAEL:** Leite, eu pedi uma licença para o Presidente só para complementar. Eu falei aqui que nós queremos que isso funcione. Você está dizendo que esse projeto será efetivo. Você confirma? Se o executivo, se nós votarmos, ele será efetivo? **ANTONIO:** Será, claro. **RAFAEL:** Então, eu vou contra o veto, porque você está falando. Só que depois, quando a gente chegar e isso não for efetivo, eu também vou chegar aqui, Leite, e falar, olha só, nós poderíamos ter ido como anteprojeto, porque não está funcionando. Então, nós queremos que funcione. Se isso está partindo de você, eu vou com você. É só isso. Eu estou dando sugestões para a gente fazer isso funcionar. **ANTONIO:** Claro que vai funcionar. **RAFAEL:** Porque, desculpe a palavra, mas é um megaprojeto. **ANTONIO:** Eu sei. **RAFAEL:** Você sabe disso. **ANTONIO:** Eu sei disso. **RAFAEL:** Você que propôs. Então, estou com você. Então, eu vou contra o veto, vou a seu favor, porque você está dizendo que vai funcionar. E eu estou querendo que isso funcione. Obrigado. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos. Acredito que a discussão, apesar de extensa, foi válida. Acho que cada um expôs o motivo de que forma vai acatar o seu voto, favorável ou contrário, e estamos aqui para respeitar a decisão de cada um. E fica também bem explícito que cada um assuma a responsabilidade do seu voto, sabendo que, por mais que nós não possamos impor ao prefeito certas situações, o voto é individual e aberto e consciente. E cada vereador possa fazer isso da melhor maneira possível. E, oxalá, nós tivéssemos uma bola de cristal para saber qual o resultado disso futuramente. Não havendo mais discussão, solicito ao segundo secretário, Luis Donizeti da Cruz, o Ratinho, para que faça a chamada dos senhores vereadores para a votação do mesmo. Os favoráveis serão favoráveis ou contrário ao voto total. **ANTONIO:** Contra o voto. **LUIS:** Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Contra. **LUIS:** Gilson Moreira. **PRESIDENTE:** Favorável. **LUIS:** João Vitor Alves - Pardal. **JOÃO:** Contra ao voto. **LUIS:** Juliane Fernanda Pompilio. **JULIANE:** Contra ao voto. **LUIS:** Luis Donizeti da Cruz- Ratinho. Favorável ao voto. **LUIS:** Max Leonardo Define Neto. **LUIS:** Paulo Rodrigues Alves Pereira- Porkim. **PAULO:** Contrário. **LUIS:** Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Contra ao voto. **LUIS:** Sebastião Atilio da Silva- Nego da

Maruca. **SEBASTIÃO:** Contra ao voto. **LUISS:** Vitor Fávaro Tonetto. **VITOR:** Contra ao voto. **PRESIDENTE:** **VETO REJEITADO POR 08 (OITO) VOTOS CONTRÁRIOS, 02 (DOIS) VOTOS FAVORÁVEIS E 01 (UMA) AUSÊNCIA.** Terminada a ordem do dia, passaremos a palavra livre. **JULIANE:** Passo a palavra para Vitor Favaro do Tonetto. **VITOR:** Boa noite novamente, seu presidente. No final, resolvi seguir aqui e faço das palavras do Rafael as minhas palavras, que se não funcionar, a cobrança que a gente faria no executivo, agora a gente vai fazer em cima do vereador. Eu espero que funcione, porque é o que a gente quer. Mas mesmo acreditando que não vai funcionar, nós, como vereador e a maioria aqui, resolveu dar esse voto de confiança para o senhor, de que isso possa funcionar para a nossa população. Então, eu espero que funcione, porque se não funcionar, no final das contas, a gente continua fazendo aquilo que a gente sempre falou, voto e projeto em vão. Mas vamos aguardar e ver o que vai acontecer. Na última semana, eu e o vereador Clodoaldo, a gente esteve em Brasília, no primeiro congresso brasileiro de políticas públicas do espectro autista. Foi um congresso muito proveitoso, principalmente para a gente conseguir olhar para as pessoas e para as famílias atípicas do nosso município. E, estando lá naquele congresso, eu percebi o quanto nós precisamos melhorar para olhar de verdade para essas famílias. A gente vê que cada ano que passa tem crescido os diagnósticos e as políticas públicas têm estacionado. Então, eu gosto de participar desses congressos. Porque aquele vereador ou qualquer profissional que acredite, que sabe de tudo, na verdade, é o primeiro que está fardado ao erro como profissional. E realmente, estando em Brasília, eu percebi que a gente precisa melhorar, e muito, para poder olhar com olhos diferentes, ter uma cidade realmente inclusiva, para que a gente consiga melhorar a vida dessas famílias e dessas pessoas atípicas. Pode ter certeza, eu junto com o Clodô, trouxemos alguns projetos que agora a gente vai começar a estudar. Eles tiveram um portfólio que eles vão mostrar para nós, de projetos de lei, para melhorar a vida dessas famílias, para melhorar a vida dessas pessoas. E a gente vai mostrar para a população, e para realmente quem precisa dessa política pública, o quanto foi importante a nossa ida à Brasília nessa última semana. Além disso, eu gostaria aqui de agradecer o nosso deputado Ribamar Silva, o vereador Clodô também esteve junto comigo lá, e ele colocou que os 600 mil que o prefeito e os vereadores do PSD tinham pedido para ele no início do ano, vai ser empenhado durante essa semana, aliás, já está empenhado e será pago durante essa semana, para que a gente possa fazer melhorias na saúde do nosso município. Então, mais uma notícia boa para a nossa cidade, mais uma notícia boa para a nossa saúde, que eu tenho certeza que vai melhorar, e muito, a vida da nossa população. Para finalizar, seu presidente, hoje eu estive juntamente com o Leonardo lá na Marginal L, depois da chuva que deu, para saber a situação daquele local. Hoje era um dia que a empresa deveria estar trabalhando, porque faz dois dias que não chove e não tem uma máquina lá. Então eu chamei o secretário, que esteve lá comigo, para primeiro ver o que estava

acontecendo com a parte estrutural do local. Essa ainda está intacta, porém, nós, como vereadores, temos que trazer aqui a situação que hoje a empresa vencedora não está trabalhando. E por que eles não estão trabalhando? Porque a prefeitura está em dia com o pagamento deles. Eu pedi para que o Leonardo fizesse uma cobrança e também notificasse essa empresa, porque se realmente for o que está acontecendo aqui na previsão do tempo, que é de ter sol só durante essa semana, se eles não vierem para essa obra durante essa semana, a gente corre um sério risco dela não terminar. Então o Leonardo se comprometeu a fazer uma notificação nessa empresa, que já era para eles estarem lá desde hoje de manhã, trabalhando pela população e trabalhando para terminar essa obra, que hoje só falta fazer o alinhamento do asfalto e colocar o asfalto. Então nós temos que cobrar, porque o pagamento da prefeitura está em dia para essa empresa e eles não estão prestando o serviço que deveria para a nossa população. Eu entendo os imprevistos que aconteceu, eu entendo que houve chuva nas últimas semanas, mas essa é uma semana que está prevendo todos os dias sol, e hoje eles já não estavam lá na Marginal L. Então deixo aqui essa cobrança e esse compromisso que o secretário fez de colocar uma notificação nessa empresa. Obrigado, Sr. Presidente. Por hoje é só. **JULIANE:** Passo a palavra para Rafael Palma de Araújo. **RAFAEL:** Boa noite, Sr. Presidente, nobres amigos vereadores, imprensa escrita e falada, todos os ouvintes da ORC, aos municíipes aqui presentes. Eu quero parabenizar você, Vitor, você e o Clodoaldo por estarem em Brasília buscando recursos e informações sobre o transtorno do espectro autista. Eu e a Juliane nós iríamos também, mas por motivos pessoais nós não conseguimos ir, mas que bom que vocês foram. Parabéns. Hoje nós entregamos a moção de aplausos para o Nilson Miele, e eu até estava pensando aqui, eu conversei com toda a família do Nilson, conversei com os amigos que estavam aqui antes de a gente entregar. Para a gente, de repente, através de uma indicação aqui na Prefeitura, para que a Prefeitura e o Executivo façam, se bem que está difícil fazer alguma coisa, mas para a gente colocar os QR Codes nos prédios públicos para mostrar a história através das fotos daquele local. Então, você vai com o celular, você põe no QR Code, e lá você consegue entender quando foi construído, quem que construiu, que gestão que foi, o que já aconteceu ali dentro. Então, isso é importante para a nossa história. Então, talvez traga essa indicação aqui para o Executivo que isso é um custo tão baixo, porque você vai colocar dentro de uma página da internet e depois gerar um QR Code, uma folhinha ali, uma plaquinha. Quero engrandecer aqui o trabalho dos bombeiros, da Defesa Civil, do Meio Ambiente, do Trânsito, que estiveram nesses dias para trás, nesse ciclone extratropical que nós tivemos, nesse temporal, nas ventanias que teve no nosso município, muitas árvores foram ao chão. E agradecer o empenho deles, no sábado eles estiveram trabalhando. Eu agradeço estendo esses cumprimentos ao Trânsito, porque eles estiveram interditando ruas, locais, para poder realmente fazer com que o fluxo continue. E fica aqui o meu agradecimento aos bombeiros, à Defesa Civil, ao Prefeito

6501

Gabriel Thor, que eu vi também ali nas ruas, ajudando a Papoula. Enfim, todos da Prefeitura que se empenharam em ajudar nessas árvores que estavam caídas por nossa cidade. Quero mandar um abraço aqui para o Celton Pelizzaro, que esteve recentemente conversando comigo. A gente conversou rapidamente sobre política. Um abraço, Celton. Tudo de bom para você e para toda a família. E quero também já estender, pegando esse gancho das árvores, que hoje eu falei com o Gabriel Aleixo, que é da Secretaria de Meio Ambiente aqui do município, e vai iniciar essa semana a poda nos pontos de ônibus dos galhos que estão atrapalhando, ou são alguns galhos que estão atrapalhando o ônibus chegar próximo da calçada. Então os ônibus estão parando no meio da rua. E aí as pessoas estão descendo no meio da rua. E isso não é bacana aqui para a cidade, porque tem idosos, crianças que frequentam com os pais os ônibus. Então para que a gente possa melhorar. Inclusive, também falando com o Renato do Departamento de Trânsito, solicitei para que a gente estenda a rota de ônibus lá para o Jequitibá, por exemplo, mais para baixo, Birucão, está sem um ponto de ônibus. Então as pessoas têm que deslocar, quem precisa, por uns bons metros acima para pegar o primeiro ponto. E já solicitando e entrando nesse assunto, tem alguns pontos, quero falar aqui que eu já enviei esse ofício para a Secretaria de Infraestrutura, já avisei o Luiz do almoxarifado. Nós temos alguns pontos de ônibus que são aquelas casinhas que as pessoas aguardam, esperam ali contra a chuva, o sol, que estão inutilizáveis para a gente poder pegar esses pontos e colocar onde está precisando. Vou dar um exemplo para vocês. Em frente ao Correio tem um ponto de ônibus na Praça do Fórum, mas de frente ao Correio, logo na calçada do Correio, tem um ponto que não é utilizado. Outro local, na roto-viária aqui do município, também tem um ponto desse que está inutilizável, ou seja, a rota não passa mais por ali. Então, para que pegue, corte ali aqueles pontos que são ferros e faça a composição em outros pontos que precisa. Sr. Presidente, por hoje é só. Muito obrigado.

JULIANE: Passo a palavra para Paulo Rodrigues Alves Pereira -Porkim.

PAULO: Boa noite, Sr. Presidente, vereadora, vereadores, população aqui presente. Eu venho aqui falar apenas hoje sobre uma sugestão de uma funcionária de uma escola sobre a merenda escolar. Ela me passou que a merenda que sobra nas panelas, as escolas acabam jogando fora. Não sei se pode, mas acato a sugestão dela e venho dar essa sugestão para o nosso executivo para fazer a doação desses alimentos que sobram nessas panelas para os próprios funcionários que ali trabalham, se eles quiserem levar para casa ou, sei lá, fazer marmitas e distribuir pela nossa cidade para aquelas pessoas que precisam, moradores de ruas. Então, aqui eu deixo uma sugestão sobre a merenda escolar que sobra nas panelas e que está sendo jogada no lixo. Por hoje é só. Muito obrigado.

JULIANE: Passo a palavra para Sebastião Atílio da Silva- Nego da Maruca.

SEBASTIÃO: Boa noite novamente a todos e a todas. Sobre o projeto do Sr. Leite, eu disse que ia ser contra o vento. Esse é um pico de dúvida e de cisma, que aqui nós não podemos trabalhar com medo, tem que trabalhar firme. Então, Sr. Leite, por duas

reuniões, o senhor me convenceu que o senhor está certo. E aí eu disse que ia ser contra o vento. Aqui eu não penso no senhor, não penso no prefeito, eu penso na população, porque eu percebi que seria bom para o povo, para o Orlândia. Então, por isso que eu falei que ia ser contra o vento. E aonde eu achar que o senhor... É direito meu o senhor achar que não sinto feliz em votar a favor do senhor, eu vou votar contra. Então, o senhor está sabendo. Mas o senhor me convenceu por essas reuniões, então, quero te dar até os parabéns pelo seu projeto. E uma coisa que nós temos que, todos aqui temos que entender, é que o projeto chegando lá, o prefeito também tem que entender, que a câmara aqui também é alguma coisa, senão não vira nada. Se tudo que nós mandarmos para lá, não acompanhar por um motivo ou por outro, não, eu acho que não está certo. Tem que acompanhar também que aqui também, nós também somos autoridade, tem que ter respeito por nós também. Então, eu acho assim, pelo que o senhor criou aí, eu vou seguir dizendo, estou feliz, e aonde que o senhor vinha com coisas boas para a população, eu estou junto. Quero também, agradecer pela terceira vez o senhor Prefeito, que hoje ele falou para mim que vai fazer a calçada mesmo, desceu na Vilinha, viu o risco que corre lá, o problema da calçada é sério. Lá passa o pessoal da creche, todas as crianças, as mães pegadas na mão de criança, que é o que a gente sempre fala, é um bairro mais simples, é um bairro que não é todo mundo que tem carro. Então, as mães, os pais vão levar as crianças ali, está passando no asfalto, não tem como passar na calçada. Então, vou tornar pela terceira vez, agradecer o senhor prefeito, que agora eu acho que sai mesmo, se Deus quiser. E, aqui nós não, aqui ninguém é contra ninguém, é o que o senhor já disse. O senhor está certo, eu estou certo e todos estão certos. Porque a opinião, eu acho que, é a minha que manda, é a do senhor que manda, é a do outro que manda, só que nós todos temos direito. Então, chegar no ponto aqui que a gente vai fazer pedido também, e o Executivo também, não ajudar, não fazer, não lutar pelo projeto. Então, eu sei lá, eu acho que, vamos trabalhar todo mundo junto aí, o Legislativo e o Executivo, todos trabalhar juntos. Porque, se a gente vem falando desde o primeiro dia de mandato, aqui não tem partido, e não precisa de política também não. Nós já somos eleitos, aqui ninguém está fazendo política, está trabalhando, está fazendo o que precisa fazer, estão tentando criar as leis e fazendo a lei. Então, eu acho que quando criar a lei, a lei tem que ser cumprida. O mais que eu quero agradecer a todos, não posso deixar de agradecer todas as enfermeiras, todos os funcionários públicos, a todos que, que se dedicam a tua vida aí, teu trabalho aí, todo dia levanta cedo, sai fazer algum dever, algum compromisso, lutando com a vida, cada um acha uma coisa para fazer. E, graças a Deus, eu peço a Deus que dá certo para todo mundo. O mais, muito obrigado, boa noite, e um abraço a minha esposa, Dona Isabel. Muito obrigado. **JULIANE:** Passo a palavra para João Vitor Alves, João Pardal. **JOÃO:** Boa noite, senhor presidente, boa noite, novos colegas vereadores, vereadora Juliane, imprensa escrita e falada, munícipes aqui presentes, é um prazer recebê-los aqui na

nossa casa. Ouvintes, também, da Orlândia Rádio Clube, é um prazer estar falando com vocês. Nessa semana, celebramos o Dia Mundial da Gentileza, uma data que nos convida a refletir sobre o poder de um gesto simples, tratar o outro com respeito, empatia e educação. Em tempos em que a política, muitas vezes, é vista como disputa, precisamos lembrar que a gentileza também é um ato político. Ser gentil é dialogar, compreender, buscar o bem, com muita humildade e respeito. Também, senhor presidente, no dia 15 de novembro, celebramos a Proclamação da República. Agora, eu deixo registrado aqui um pedido. No Parque da Gruta, o morador conhecido como Fumaça, tem um bar logo ali em frente, me relatou que tem uma árvore com risco de queda. Então, quero pedir aqui para o pessoal que trabalha no Parque da Gruta, dar uma atenção ali para o bar do Fumaça. E como não falar das fiações aqui do nosso município de Orlândia? Há quatro meses atrás, três, dois meses atrás, a gente vem falando que está muito perigoso andar em Orlândia, principalmente para os motoqueiros que fazem entrega, ainda mais depois desse temporal que teve aqui. Está muito perigoso. Uma hora vai acontecer uma coisa muito séria e nós seremos responsáveis. Senhor presidente, então eu peço que a gente possa marcar uma reunião com o pessoal da CPFL, porque eles precisam resolver isso urgente aqui para os moradores da nossa cidade. Por hoje é só. Muito obrigado, senhor presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Clodoaldo Santana da Silva. **CLODOALDO:** Boa noite mais uma vez. Eu quero iniciar essa fala também falando sobre a nossa ida à cidade de Brasília, que por sinal foi muito importante. Às vezes as pessoas olham a viagem e não sabem o contexto que nós trazemos dessas viagens. Nós estávamos participando do primeiro congresso nacional sobre o TEA, o transtorno de espectro autista, e eu trabalhando com crianças autistas, crianças portadoras de algum tipo de deficiência, às vezes no dia a dia você tem uma visão de como é a vida da criança e a vida da família, senhor presidente. Mas durante esse congresso eu pude enxergar, doutor Leite, como é realmente a vida de alguém que tem o espectro de autismo. Você ouve palestrantes que são portadores do autismo falarem com propriedade das suas crises, falar dos seus problemas, infelizmente, do preconceito que eles ainda sofrem. Então assim, foi um congresso que ele virou uma chave dentro de mim. Lá eu pude entender que através da política nós podemos fazer muito mais por esse povo. Não só por eles, mas que nós possamos entender o real significado da empatia. Porque empatia não é só se colocar no lugar do outro. Empatia é sentir a dor do outro. É entender que às vezes uma criança em crise, às vezes as pessoas criticam, às vezes as pessoas apontam, mas se você tiver a verdadeira empatia em se colocar no lugar daquela criança, até do mesmo do adulto, muda toda a situação. Então naquele congresso eu saí dali assim, Dr. Leite, com uma visão totalmente diferente para esse público, tendo em vista que essa é uma bandeira, Sr. Presidente, que eu venho trazendo desde o início da minha campanha. Eu venho falando sobre a inclusão, sobre cidade inclusiva, e eu vi que nós estamos muito atrás de sermos uma cidade inclusiva. Ser uma cidade inclusiva não é somente pintar um espaço,

6504

colocar uma rampa, não. Nós temos que fazer políticas públicas para que essas pessoas tenham os seus direitos, para que esses pais tenham direitos. Imagina um pai que fica 24 horas com seu filho ali, dando o seu melhor, fazendo o que pode, o que não pode, pagando o absurdo de tratamentos e talvez nós consigamos resolver através de uma política bem feita. Às vezes as pessoas discutem tantos assuntos e o que é essencial deixa de lado. Então assim, eu acredito que eu, juntamente com o vereador Vitor, nós estamos com uma visão totalmente diferente voltada a essa questão da inclusão. A inclusão através do esporte, a inclusão através de tantas áreas que outra hora às vezes deixa passar. Nós não tínhamos essa visão aguçada. Então assim, fica aqui o meu agradecimento a todos que foram, que estiveram envolvidos nesse Congresso Nacional e deixo aqui para nossa cidade, que nós estamos aqui e vamos lutar com políticas públicas para melhoria, para inclusão realmente ser algo real na cidade de Orlândia. Não é somente falar assim, não, eu sou a favor da inclusão. Não, é fazer leis, é fazer com que funcione para que essas crianças e pais tenham de verdade algo assim essencial para eles. Eu gostaria de falar também, Sr. Presidente, sobre afiação. Eu tenho um vídeo aqui de uma criança enroscando num fio, brincando de bicicleta. Então, o vereador Pardal falou sobre o acidente e eu tenho um vídeo da criança enroscada, graças a Deus que enroscou no braço e se tivesse enroscado no pescoço da criança. Imagina o tamanho da fatalidade. Então, é o que eu disse na sessão passada. Às vezes nós trazemos para a Câmara apontamentos, indicações, mas não é para gerar nenhum tipo de desconforto, mas é para atender a demanda da população. Há quanto tempo vem se falando de fios? E nada está sendo feito. Há quanto tempo nós estamos falando de poda de árvores? Nós tivemos aqui o evento aí que aconteceu, eu sei que é uma causa natural, não tem como se prever, mas se tivesse feito a preventiva, talvez os desastres teriam sido menores. Então, assim, deixo aqui frisado que os apontamentos que nós fazemos aqui é para a melhoria da nossa cidade. Não é para gerar desconforto, mas nós somos a voz da população. Se nós não pudermos aqui expressar o que a população traz para nós, não faz sentido nós estarmos sentados nessas cadeiras. Então, aqui, fica mais uma vez o meu compromisso com a população e tudo que tiver de demanda, pode mandar que nós vamos cobrar até que seja resolvido. Somente isso nessa noite, Sr. Presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Antônio Carlos Leite. **ANTONIO:** Sr. Presidente, mesa, senhores vereadores, hoje foi uma noite importante, com a indicação da placa e da comemoração para o Nilson, uma pessoa que nós amamos. Pessoas vieram a essa casa e perceberam que esse lugar, ele tem uma, um contexto diferente. São pessoas que estão sentadas aqui para defender as questões do povo. Acho que alguém disse na campanha ou depois na posse, acho que foi até o vereador Clodoaldo, se não foi ele, foi alguém. Vereador é ver a dor do outro. Nós estamos falando de fios, estamos falando de árvore, estamos falando de pessoas e muitas pessoas dizem assim, muito blá, blá, blá. O parlamentar, ele parla, ele fala. A etimologia da palavra é essa. O parlamentar fala. Quando alguém

diz que o vereador só fica com conversa, ele está apenas declarando o seguinte, de que o nosso trabalho de falar faz sentido, porque incomoda. E não sendo tão poético, mas um exemplo da natureza é que a pérola para ser formada cai um grãozinho de areia no interior da ostra, aquilo incomoda ela e aquele organismo começa a reagir. E quando reage aquele grão de areia, depois de anos, forma a pérola. Então, nós vereadores, quando incomodamos, nós mexemos na ferida para que essa ferida sare. Nós não queremos uma cidade com feridas abertas. Nós não queremos uma Marginal L com pessoas reféns das suas próprias casas. Não podem entrar, não podem sair. E é necessário sim que nós falemos, que nós apontemos, que nós cobremos, que nós proponhamos leis. E aqui é o meu compromisso. De vez em quando eu esqueço. Sério. De vez em quando eu esqueço de que partido. Alguém fala assim, mas o vereador é de que partido tal. Eu não lembro. Porque nós estamos tão empenhados em ajudar o povo que eu esqueço de partido e lá no meu partido há um tratado, e o Vitor sabe disso, porque o Vitor fez a minha ficha de inscrição lá no Podemos. Eu acho que é a primeira vez que eu falo Podemos aqui. Mas eles dizem, olha, você tem liberdade para trabalhar e fazer o que é certo. Nunca interferiram, né, Vitor? Porque nós estamos trabalhando pelo povo. Claro que nós temos que ser humildes e dizer, olha, nós podemos aprender, fazer melhor, fazer mais. Mas o que causa o terror desse mundo, professor Gil, não é o grito dos injustos. É o silêncio dos justos. Então, senhores vereadores, não nos calemos. Podemos divergir. Claro, a unanimidade, ela é burra. Mas vamos defender aquilo que acreditamos, porque Orlândia merece que a história a ser contada pelo Nilson seja registrada. Mas que aqueles que contem a nossa história um dia, digam, ali existiam homens e mulheres que não se calaram em favor do povo. Muito obrigado, senhor presidente. **JULIANE:** Passo a palavra para Luis Donizeti da Cruz - Ratinho. **LUIS:** Boa noite, senhor Presidente. Boa noite, nobres colegas. Municípios presentes, sejam sempre bem-vindos. Imprensa, ouvintes da ORC, ouvintes da Gazeta FM, internautas que assistem a nossa sessão pela internet, meu respeito. Gratidão aos vereadores, Vitinho e Clodoaldo, por nos representar a nossa cidade, a nossa Câmara em Brasília. Eu já estive lá, eu sei o quanto é importante. Gratidão a vocês dois. Eu sei que se deslocar lá e buscar conhecimento, então deixo aqui a minha gratidão a vocês dois, está bem? Parabenizar o Ministério da Educação, senhor presidente. Na prova de ontem do Enem, o Ministério da Educação colocou a redação sobre como lidar com idosos. É um tema que já vem sendo bastante discutido e fiquei muito satisfeito em saber que o Ministério da Educação, que tem por educar os jovens e agora preocupado com essa redação, eu tenho certeza que pegou muito jovem, como diz a gíria, com as calças na mão. Então, quero deixar aqui os meus parabéns ao Ministério da Educação. É que eu já sou idoso, não é? Próximo sábado, dia 15 agora, comemoramos o aniversário do nosso cemitério municipal. Nosso cemitério municipal teve início no dia 15 de novembro, no dia da proclamação da República. Olha que data, né? A nossa cidade teve

a fundação em março e, nesse período de março até 15 de novembro, os corpos eram sepultados na vizinha, Nuporanga. Então, o nosso cemitério aqui vai completar 115 anos no sábado. 15/11, 115 anos. Hoje o nosso cemitério consta com aproximadamente 4.700 túmulos e 23 mil corpos sepultados. Falando em cemitério, agradecer aqui, deixar um agradecimento ao Jeremias, que é o comandante nosso aqui do Corpo de Bombeiros, que o pós-vendaval, que derrubou árvores praticamente no Brasil todo, aqui em Orlândia não foi diferente. O cemitério nosso, que constava com 1.040 árvores, nós tivemos 30 árvores derrubadas pelo vento. Nós tivemos 30 árvores derrubadas dentro do cemitério, árvores de pequeno porte, e duas árvores de grande porte na praça. Foi feita uma força-tarefa diretamente com o Jeremias, que não mede esforços, nunca mediu esforços em atenção ao nosso cemitério. Quero deixar aqui o meu agradecimento ao Jeremias. A Secretaria da Infraestrutura, o senhor Leonardo Alves, e o gerente de limpeza, o Zaratim, que vem nos apoiando. Então, eu sempre digo, quando existe boa vontade, funcionários do cemitério e as secretarias, um time unido jamais será vencido. Por hoje é só, senhor presidente. Muito obrigado. **JULIANE:** Boa noite, senhor Presidente, nobres colegas, a todos que estão aqui presentes, à imprensa escrita e falada. Hoje quero conversar com todos a respeito do dia D, do Novembro Azul, que vai ser no dia 22 de novembro, no Minho Hospital. Os homens acima de 45 anos estão convocados aí. Por favor, façam seus exames. O PSA vai ser colhido de todos. Que todos se conscientizem, como já falei da outra vez, falo novamente, não só o PSA, mas outros exames também, que os homens têm que fazer regularmente, pelo menos uma vez ao ano. Muitas vezes o homem cuida da família, trabalha muito e não tem tempo para si também. Então, é importantíssimo que tenha esse olhar para si. E reforçando também a importância da prevenção e do diagnóstico precoce através do PSA. Muitas pessoas me perguntam quando fazer o toque retal. Isso é através do urologista mesmo, que define, mas a partir geralmente de 50 anos. E por que o toque retal? O exame de sangue é tão mais fácil? Pois é. O toque retal, ele pode, às vezes, na maioria das vezes, ele detecta alterações que ainda não vão ser detectadas no PSA. Então, é o endurecimento, são nodulações, que você consegue fazer um diagnóstico realmente precoce. Por isso é tão importante. Não é muito agradável, mas pelo menos é rápido. E que realmente pode curar a doença se for diagnosticada logo no início. Então, é realmente muito importante. Reforçando que são mais de 71 mil casos novos ao ano, mais de 16 mil mortes ao ano. São 44 homens que morrem no Brasil de câncer de próstata. E lembrar dos hábitos saudáveis, atividade física, alimentação adequada, controle de peso, ingestão de álcool, de tabaco também. E lembrar os homens que se cuidar é um sinal, sim, de coragem. Por hoje é só. Obrigada. **PRESIDENTE:** Boa noite a todos que nos acompanham pelas redes sociais, pela ORC, pela internet. Começo a minha palavra até dando uma reforçada do que a doutora Juliane acabou de dizer. A importância do novembro azul. Não são campanhas preventivas. E graças ao bom Deus, nós que já tivemos situações em

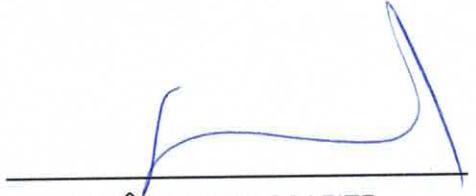
Orlândia fatais, até mesmo pela falta de conhecimento, hoje existe um número bem maior que deixou o preconceito de lado e tem procurado os cuidados devido. Falando em saúde, hoje eu estive com retorno ao UBS II, na vilinha. Eu tinha uns exames médicos marcado. Eu peguei o resultado, então marquei hoje justamente para levar ao médico. E graças ao bom Deus está tudo nos conformes. Mas durante a minha estadia, eu tive algumas reclamações de umas municipais, senhoras, que estavam lá também aguardando para ser consultadas e fizeram uma reclamação que eu levei adiante com relação a um bebedouro que foi colocado lá na recepção. E realmente o bebedouro é novo. Inclusive tem aqueles plásticos azuis que envolvem a parte do metal. Então você vê que realmente ele foi instalado e está sendo o primeiro uso naquele local. E está com a falha técnica que não sai água de maneira nenhuma. E as senhoras estavam muito bravas questionando o porquê de não resolver. Conversei com algumas. De imediato tirei uma foto do bebedouro, mandei para o Diego Meloni, que é o secretário da saúde, já que lá é um estabelecimento destinado ao atendimento de saúde. E gostaria de fazer uma leitura breve aqui para vocês, até mesmo mostrando para essas pessoas que fizeram a reclamação, que tudo o que nos é passado é levado adiante. Então quem nos dera que nós pudéssemos resolver algumas das situações que nos é passadas. Mas infelizmente não cabe a nós. "Ofício 804/2025. 10 de novembro de 2025. Ao excelentíssimo senhor Gilson Moreira, presidente da Câmara Municipal de Vereadores do município de Orlândia. Assunto: Informações sobre a situação dos bebedouros nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde UBS II. José Marsh. Senhor Presidente, a parte administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, vem por meio desta apresentar esclarecimentos acerca da situação dos bebedouros instalados nas dependências dessa secretaria UBS II. Conforme o histórico técnico abaixo descrito. No mês de abril de 2025, foram identificadas falhas no funcionamento dos bebedouros relacionados principalmente à ineficiência dos filtros e a baixa qualidade da água fornecida. O fato foi imediatamente comunicado ao setor de infraestrutura que informou a necessidade de substituição dos filtros. Contudo, à época, não havia processo licitatório vigente para aquisição dos componentes necessários, o que ocasionou a demora na substituição. Com o intuito de manter o fornecimento de água potável aos servidores, a parte administrativa da saúde realizou de forma emergencial a aquisição de filtros com recurso próprio, enquanto aguardava a regularização do processo licitatório. Apesar disso, o problema técnico persistiu nos meses subsequentes, indicando que a causa não se restringia apenas aos filtros, mas também ao sistema hidráulico do equipamento. Diante do cenário, foi solicitada a instalação de um bebedouro de coluna no mês de setembro de 2025, que chegou a ser instalado, porém, em pouco tempo, a alta pressão da rede de água danificou o equipamento, tornando-o inoperante. Considerando a necessidade de garantir o abastecimento de água potável aos servidores e usuários, a Secretaria da Saúde adquiriu

6508

em caráter provisório um bebedouro duplo de coluna. O equipamento foi retirado na sexta-feira, 08/11, e no mesmo dia solicitada a infraestrutura. Ressalta-se que, até o presente momento, o bebedouro ainda não foi instalado, porém, a execução já foi devidamente autorizada pela equipe de infraestrutura na data de 10/11/2025, restando apenas o cumprimento da referida instalação. Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde mantém o acompanhamento de demanda junto ao setor responsável, visando restabelecer o pleno funcionamento do ponto de abastecimento de água nas dependências da pasta, garantindo adequadas condições de trabalho e atendimento ao público. Colocamos-nos à disposição de Vossa Excelência e dos demais vereadores para quaisquer esclarecimentos complementares que se façam necessários. Atenciosamente, Diego Roberto Meloni, Secretário Municipal de Saúde." Uma reclamação que foi feita hoje, isso estava lá por volta das 14h30, já passei para o secretário e a resposta veio. Fazendo a leitura do ofício até para esclarecimento, porque as pessoas acham que o vereador não faz nada. E é o que eu disse, nós pontuamos os problemas e passamos aos setores competentes. Então, nós não executamos. Assim como eu, garanto que eu posso aqui afirmar que nenhum dos vereadores está aqui para brincar. Então, o assunto é sério e aqui, graças a Deus, nessa Casa de Lei, nós temos de leis, temos aqui pessoas envolvidas e comprometidas. Independente de votação, como disse o próprio doutor Leite, nós respondemos pelos nossos atos. E aqui não tem nenhum contra o outro. São pensamentos divergentes, mas buscando um entendimento em comum, que é a melhoria de situação em todos os setores. Que os nossos munícipes sejam atendidos e bem atendidos. Haja vista, eu que resido aqui no Jardim Boa Vista, na Avenida G, próximo do Velório Municipal, onde eu busquei ser atendido. Até mesmo pelo fato de ter um longo conhecimento com o doutor Mário Pires, que é um médico que eu trato desde a época que eu trabalhava no hospital, ou seja, antes de eu ser professor. Então, isso é normal das pessoas acostumarem e ter uma intimidade maior com esse ou com aquele médico. Então, há necessidade do conhecimento, da facilidade de você chegar até eles e você poder passar com aquele que você acredita não desmerecendo, pelo amor de Deus, entenda isso. E a gente costuma dizer que médico também é sorte. Que às vezes o médico que acerta com um, com o outro, infelizmente, não dá certo. Aqui a doutora Juliana que não vai deixar eu mentir. Então, isso não é preferência. Então, tem médicos que acertam de primeira, mas não que ele acerte 100%. Então, sem desvalorizar médico algum, profissional algum. Então, é uma preferência minha consultar lá com o doutor Mário, que é uma pessoa que eu conheço de longa data. Nada mais havendo a se tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Sessão Ordinária.

GILSON MOREIRA

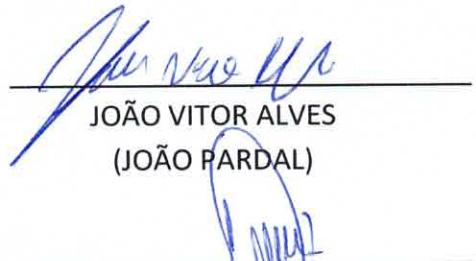
6509



ANTÔNIO CARLOS LEITE



CLODOALDO SANTANA DA SILVA



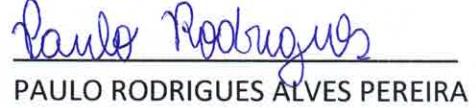
JOÃO VITOR ALVES
(JOÃO PARDAL)

JULIANE FERNANDA POMPILIO



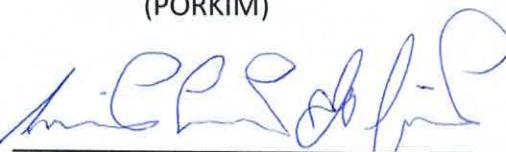
LUIS DONIZETI DA CRUZ
(RATINHO)

MAX LEONARDO DEFINE NETO

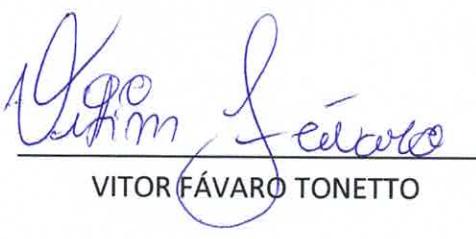


PAULO RODRIGUES ALVES PEREIRA
(PORKIM)

RAFAEL PALMA DE ARAUJO



SEBASTIÃO ATILIO DA SILVA
(NEGO DA MARUCA)



VITOR FÁVARO TONETTO

